

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Notícia de São Paulo

Class.:

223

Data

17 de novembro de 1978

Pg.:

Xavantes pedem a Rangel que rasgue emancipação

FSP - 17.11.78

BRASÍLIA (Sucursal) — “Vimos aqui para conversar com o senhor e pedir para rasgar logo esse projeto de emancipação” — disse o cacique Aniceto, da aldeia de São Marcos (MT), ao ministro Rangel Reis, do Interior, que recebeu na manhã de ontem dez índios xavantes para um encontro de mais de duas horas.

A pedido dos índios — que representam cerca de cinco mil xavantes — Rangel Reis fez uma longa exposição do projeto, destacando os artigos que dispõem sobre a tutela, as terras e sobre o processo de emancipação. Ao final da reunião, Aniceto entregou ao ministro do Interior um abaixo-assinado das famílias de São Marcos, contra a aprovação do decreto.

Com 286 assinaturas, a lista traz os nomes de cada casal da aldeia de São Marcos e na apresentação diz que os xavantes repudiam o projeto de emancipação. Segundo Aniceto, “nós não podemos ser emancipados, não conhecemos profissão, não conhecemos vida do branco. A emancipação para nós vai ser horrível.”

Assim que entraram no gabinete, o líder dos xavantes de Pimentel Barbosa, o cacique Apoena, fez um breve discurso na sua língua, e que foi traduzido em seguida por Eduardo, o índio que o acompanhava. “Não vim por maldade. Vim para saber como estão fazendo a emancipação, para tirar dúvidas e preocupação. Nós queremos é ser índio mesmo. Sempre vivemos no mato. Não temos recursos para deixar para os filhos. Preocupo-me muito com meus filhos e netos.”

Depois do encontro, assessores do ministro Rangel Reis comentavam que “o ministro passou por uma boa prova”, porque foi obrigado a ler e explicar cada um dos artigos do projeto. “Vou tentar explicar, mas o importante é que vocês saibam que nós não vamos emancipar ninguém. Vocês é que poderão pedir para serem emancipados” — garantiu o ministro.

Em seguida, explicou a questão da emancipação individual, tomando por exemplo o caso do índio Terena Jair de Oliveira — que é inclusive vereador pela Arena em Aquidauana (MTS) — e da coletiva, explicando o conceito de maioria exigida pelo decreto. Falou, também, sobre o conceito de tutela.

“Vou precisar levar resultados do encontro para a comunidade. Vou levar o decreto e ler para eles. Mas o senhor precisa saber que não podemos ser emancipados agora, só daqui a duzentos anos. Queremos que o governo dê proteção para as terras, tratores, educação e médicos” — disse Aniceto ao final do encontro.

CIMI PROTESTA

O Conselho Indigenista Missionário, Seção Nordeste, divulgou nota à imprensa, “juntando nossas vozes ao imenso coro de repúdio ao capcioso projeto que, sob pretexto de integrar os índios à comunidade nacional, vem acabar com o pouco de autonomia e dignidade que lhes restam.”

Durante uma semana, representantes de diversas dioceses do Nordeste estiveram reunidos na primeira assembleia daquela seção do Conselho, na cidade de Garanhuns (PE), para analisar a situação dos 13 grupos indígenas da região (um na Paraíba, cinco em Pernambuco, dois em Alagoas, um em Sergipe e quatro no norte da Bahia, num total de 16 mil indígenas).

“Esses grupos são remanescentes de povos numerosos, dizimados por séculos de opressão e hoje lutam em defesa de suas poucas terras invadidas de todos os lados. Apelamos para que todos aqueles que detêm uma parcela de responsabilidade pelo bem-estar comum do povo brasileiro estejam ao lado dos grupos indígenas do Nordeste, na sua luta para reaver suas terras que a constituição lhes garante”.